

# Império e imagem do poder na Antiguidade Tardia: o *De regno*, de Sinésio de Cirene, entre o *Dominato* e o Principado

Empire and image of power in Late Antiquity: *De regno* by Synesius of Cyrene between the *Dominate* and the *Principate*

Cesar Luiz Jerce da Costa Junior\*

**Resumo:** Este artigo apresenta algumas considerações acerca da construção da imagem do poder e conduta principesca pensada por Sinésio de Cirene em seu tratado *De regno*, redigido durante sua estadia na corte do imperador Arcádio. Sinésio se apresenta como um autor helenístico por excelência, mesclando elementos políticos e filosóficos num mosaico de ideias com o propósito reformador de reestabelecer a majestade do Império. A partir do texto do autor, defendemos a seguinte conclusão: a nova imagem do poder oferecida a Arcádio passava pelo afastamento do *Dominato* e pela reaproximação com o modelo do Principado dos primeiros séculos da Era Cristã.

**Abstract:** This paper will present some considerations about the construction of the image of power and princely conduct thought by Synesius of Cyrene in his treatise *De regno*, written during his stay at the court of emperor Arcadius. Synesius presents himself as a hellenistic author *par excellence*, mixing political and philosophical elements in a mosaic of ideas with the reforming purpose of reestablishing the majesty of the Empire. From the author's text, we defend the following conclusion: the new image of power offered to Arcadius should move away from the *Dominate* and get closer to the *Principate* model of the first centuries of the Cristian Era.

**Palavras-chave:**  
Sinésio de Cirene.  
Imagem.  
Poder.  
*Dominato*.  
Principado.

**Keywords:**  
Synesius of Cyrene.  
Image.  
Power.  
Dominate.  
Principate.

---

Recebido em: 02 mar. 2021  
Aprovado em: 28 abr. 2021

---

\* Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) sob orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (Nemed) da UFPR e bolsista do CNPq.

## Considerações iniciais

**D**urante os quatro primeiros séculos da Era Cristã, o Império Romano, aquela vasta entidade política que controlava territórios tão diversos, esteve sob o governo dos chamados príncipes ou imperadores, na linguagem corrente. Uma vez terminada a fase de expansão de fronteiras, fenômeno que se deu durante o período prévio, republicano, Roma deixou de ser uma cidade-Estado e se tornou uma capital imperial global. Suas fronteiras se estabilizaram a partir de Otaviano Augusto e seus limites territoriais passaram a encerrar uma noção de unidade, que não excluía a diversidade, de forma que a própria linguagem se transformou, acompanhando as mudanças: se o termo *imperium* originalmente definia a investidura de um magistrado ou príncipe ao sumo poder, também passou a exprimir uma noção de territorialidade a ser organizada, explorada e diligentemente guardada pelo devido provimento militar de tropas e fortificações limítrofes (MENDES, 2006, p. 40). O poder imperial romano foi igualmente transformado em suas estruturas conforme a passagem dos séculos e, não menos importante, se tornou objeto de reflexão intelectual por parte de inúmeros pensadores. Dentre eles, temos o bispo Sinésio de Cirene, homem de letras imbuído de uma ampla cultura filosófica e cristã.

Sinésio, que foi bispo de Ptolemais em sua maturidade (a partir do ano de 410), nasceu entre os anos 365 e 370 (BREGMAN, 1982, p. 17), em Cirene, uma antiga colônia grega estabelecida no norte da África, numa região chamada comumente de *Pentápolis Cirenaica* ou *Líbica*. Pelo que observamos em seus próprios escritos, o autor pertencia a uma tradicional família oligárquica de Cirene, os Hesíquidas (Sinésio, *Hymni*, VII, 30), o que lhe permitiu participação na governança local como magistrado pertencente à ordem dos decuriões (FARIAS JÚNIOR, 2012, p. 129). Estudou em Alexandria quando jovem, cidade que, no século IV, a despeito das crises políticas e desastres naturais que a abateram,<sup>1</sup> ainda permanecia como centro privilegiado para formação cultural. Foi lá que Sinésio se tornou discípulo da renomada filósofa neoplatônica Hipácia, com quem manteve contato epistolar por toda a vida.<sup>2</sup>

Por sua posição de liderança local, foi enviado como legado de Cirene a Constantinopla, o que não surpreende, já que, no contexto clássico, a escolha de um orador de talento, que soubesse fazer bom uso da linguagem e usasse da sagacidade retórica para obter vantagens para sua cidade, tornava homens letrados como Sinésio

---

<sup>1</sup> O historiador Amiano Marcelino (*Res Gestae*, 26, 10, 15-18) descreve a catástrofe de um terremoto e maremoto que destruíram a cidade no ano de 365. Muitos milhares pereceram por afogamento.

<sup>2</sup> Sobre o ambiente neoplatônico de Alexandria e a formação de Sinésio, ver Blásquez Martínez (2004) e Jurado (1992).

ideais para a difícil tarefa de emissários (ZÉTOLA, 2012, p. 86-87).<sup>3</sup> Autor de inúmeras obras, além do *De regno*, o bispo exercitou sua arte literária em outros assuntos ao longo de sua vida: escreveu um amplo epistolário composto por cartas dirigidas a familiares e amigos, redigiu hinos, homilias, histórias novelescas e tratados variados. Com efeito, dadas as exigências de seu tempo, devotou-se tanto às armas quanto à filosofia antes de ser elevado ao episcopado.

As condições que Sinésio encontrou ao chegar à corte de Arcádio (possivelmente entre os anos de 397 e 399) foram pouquíssimo atraentes,<sup>4</sup> dada a feroz luta por poder que se verificava entre rivais políticos tanto antes quanto durante os anos de permanência do autor na capital.<sup>5</sup> A narrativa dos acontecimentos é complexa pelo quadro de constantes reviravoltas, ascensões e quedas de poderosas figuras que cercavam o imperador. Após a morte de Teodósio e da divisão do Império (395), dada a juventude de Arcádio e Honório, as duas cortes estavam sob o domínio de regentes de grande influência, Estilício, no Ocidente e Rufino, no Oriente, o que tornava os príncipes governantes apenas nominais (LÓPEZ, 2014, p. 109). Em Constantinopla, o domínio hegemônico de Rufino, executado em 395 (Zósimo, *Historiae Novae*, 5, 7, 6), foi passado para o eunuco Eutrópio, que, por sua vez, caiu em desgraça e também terminou executado em 399 (Zos., *HN*, 5, 18, 3). Ao se estabelecer na capital, Sinésio integrou o círculo de aristocratas sob a proteção de Aureliano, o cônsul do ano 400 (BARNES, 1986, p. 96). Aureliano e seu grupo eram adversários de Gainas,<sup>6</sup> chefe militar godo que gozava de grande influência sobre Arcádio, sobretudo por comandar um contingente expressivo de soldados germânicos que, naquele momento, prestavam serviço ao imperador oriental. Gainas, que teve participação direta nas execuções de Rufino e Eutrópio, conseguiu, igualmente, o exílio de Aureliano naquele

<sup>3</sup> A atuação de Sinésio em prol das elites da Cirenaica, seja por via militar, diplomática ou, mais tarde, como bispo de Ptolemais, indica justamente uma tendência apontada por Frighetto (2012, p. 135, 179) de progressiva regionalização do poder durante o período tardio romano, fenômeno mais intenso e extremo nas regiões ocidentais, ou em áreas que sofriam a atuação de invasores externos, nas quais a autoridade imperial declinou em favor dos grupos aristocráticos locais, legitimados a buscar sua própria defesa e interesses políticos.

<sup>4</sup> Não existe consenso sobre quando exatamente Sinésio viajou a Constantinopla. Liebeschuetz (1990, p. 196) aponta para o ano de 397 como mais provável. Na mesma linha, Barnes (1986, p. 108) aponta para 397-398. Cameron e Long (1993) apontam, por sua vez, a possibilidade de Sinésio ter chegado no início de setembro de 397. Bregman (1982, p. 41) aceita a data de 399, que se tornou canônica, embora não desprovida de polêmica, aludindo ao período de 395-399 como momento de permanência do autor na Cirenaica e por viagens breves a Atenas e Antioquia. Mais recentemente, López (2014, p. 108) indica o verão de 399.

<sup>5</sup> Sinésio exprime com amargura os anos que permaneceu em Constantinopla. É uma reveladora manifestação das dificuldades pessoais do exercício diplomático: “[A Trácia], cujo solo habitei por três anos junto ao palácio do senhor daquele lugar [Arcádio]. Suportei fadigas, suportei dores banhadas a muitas lágrimas, enquanto levava minha pátria mãe nos ombros” (Sin., *Hin.*, I, 435-440).

<sup>6</sup> Para maiores informações biográficas sobre esses indivíduos, sua posição na corte, ofícios que desempenharam e de que modo suas ações se articularam, consultar a fundamental *Prosopography of the Late Roman Empire* (PLRE): v. I: “Flavius Stilicho”, p. 853-858; v. I: “Flavius Rufinus 18”, p. 778-781; v. II: “Eutropius 1”, p. 440-444; v. I: “Aurelianus 3”, p. 128-129; v. I: “Gainas”, p. 379-380.

mesmo ano de consulado (Zos., *HN*, 5, 18, 8). O afastamento, porém, não duraria muito: uma rebelião da população da cidade e o posterior massacre da guarnição gótica forçou Gainas a se retirar (Zos., *HN*, 5, 19, 3-5). Em meio a tantos conflitos e execuções que Sinésio observou pessoalmente, outra grande rivalidade também afligia a corte oriental, entre o bispo João Crisóstomo e a imperatriz Élia Eudóxia (Zos., *HN*, 5, 23, 2). Sinésio deixou a capital somente em 402, após um terremoto atingir a cidade (Sinésio, *Epistulae*, 61, 10-15).

Foi em Constantinopla que Sinésio redigiu o *De regno*, além do *De providentia* (ou *Relatos Egípcios*), uma espécie de narrativa novelesca na qual os deuses irmãos Osíris e Tifão representam as forças políticas que se opunham na corte imperial, disputas de poder que envolveram o próprio autor. A princípio, Osíris representaria Aureliano, o herói do mito, enquanto a identidade de Tifão permanece discutível (o nome de Gainas foi elencado, mas é improvável), não havendo nenhum consenso entre os historiadores de qual oficial da corte, inimigo de Aureliano, o representaria (LIEBESCHUETZ, 1990, p. 253). Quanto ao caso particular do *De regno*, ou *peri basileias*,<sup>7</sup> um propósito pragmático se apresentava para sua redação, que teria ocorrido em algum momento entre os anos de 398 e 400: trata-se de uma obra que, dentre os tradicionais louvores à figura do príncipe, apresenta um pedido explícito para que a administração imperial concedesse maior atenção à região de Cirene (Sin., *DR*, 3, 2D),<sup>8</sup> além de pedir a redução de impostos, tema que volta a elencar no texto como recomendação geral ao príncipe.<sup>9</sup> Sinésio manteve contatos epistolares com Aureliano, num tom que enfatiza a mútua amizade entre ambos (Sin., *Ep*, 61, 15). Contudo, Barnes (1986, p. 108) vê uma relação mais patronal do que de amizade desinteressada no *background* político da redação da obra: Sinésio não teria tido sucesso em suas petições por redução de impostos, daí sua inserção no grupo político de Aureliano e a redação do *De regno* como um tipo de manifesto retórico a favor desse grupo diante de adversários na corte, o que lhe garantiu alcançar os objetivos a que se propôs em benefício de sua terra natal.<sup>10</sup> Seja como for, tanto o *De regno* quanto o *De providentia* são um reflexo das necessidades pragmáticas de se estar num espaço altamente competitivo, no qual fazer aliados tornava inevitável fazer também adversários.

---

<sup>7</sup> Recorremos às traduções espanholas da coleção Gredos tanto para o *De regno* quanto para as demais cartas e obras de Sinésio (traduções mais recentes), além de outros autores antigos que indicaremos quando necessário. A tradução inglesa de 1930 por A. Fitzgerald (*On imperial rule*) pode ser encontrada online no site *Livius.org*. Todas as passagens traduzidas aqui são de nossa autoria, salvo indicação.

<sup>8</sup> A mesma solicitação é apresentada no *De providentia*, 12, 103D.

<sup>9</sup> "E não é digno de um soberano esgotar as cidades com impostos..." (Sinésio, *DR*, 25, 27D).

<sup>10</sup> A posição de Barnes sobre o patronato é corroborada pela epístola 35, na qual Sinésio solicita a Aureliano favorecimentos em nome de um membro de sua família, Herodes. Cf. (Sinésio, *Ep*, 35, 5).

## O mundo romano tardio

O Império Romano de Sinésio era uma entidade política já muito diferente daquela dos primeiros séculos da Era Cristã, uma gigantesca estrutura moldada pelo movimento dos tempos e pelos influxos culturais. Nesse contexto, enfatizamos a noção de Antiguidade Tardia como um elemento fundamental em nossa análise. A escolha dessa terminologia nos ajuda a entender a gênese do *De regno*, de Sinésio: revela, num período de amplas transformações, movimentos de *continuidade* e de *permanência*, já que tal período pode ser visto de variados prismas conforme o recorte escolhido. No caso, o elemento maior que permanece é a *tradição helenística*, recebida e repensada por autores cristãos, mas não menos clássica em sua composição. Nesse sentido, são eloquentes as palavras de Marrou (1979, p. 28) ao afirmar que o helenismo era a alma do Império Romano. Não é nosso propósito aqui exaurir a longa discussão historiográfica das origens da noção de Antiguidade Tardia, algo que exige um espaço especialmente dedicado a este tópico,<sup>11</sup> mas, por hora, nos basta identificar seu fundamento maior, ou seja, a reinterpretação de um período entendido (a partir de Edward Gibbon) como uma era de decadência romana, modo como muitos compreenderam tais tempos, a exemplo do historiador francês Ferdinand Lot (2008, p. 161), cuja excessiva severidade em seus juízos sobre o mundo romano tardio o fez considerar que “a literatura antiga já não era mais capaz de interessar os espíritos nem de reanimar os corações”. Nada mais enganoso, como o exemplo de Sinésio bem nos mostra. Sob a ótica da cultura, o período é marcado por novidades nas artes, na estética e pela existência de autores notáveis, como Plotino e Agostinho de Hipona (BROWN, 1972, p. 7). Nesse sentido, temos claramente uma época com uma identidade própria, a despeito dos sérios problemas políticos e militares que levaram à dissolução da autoridade imperial na metade ocidental do mundo romano, em meados do século V. A trajetória de Sinésio e sua obra intelectual, quando vistas em perspectiva, nos permitem concordar com a posição de Frighetto (2012, p. 179) no sentido de que a Antiguidade Tardia nada mais é do que uma *nova Antiguidade*, uma Antiguidade em constante processo de renovação.

O cristianismo passa a ser, nesse contexto, uma nova camada cultural que se assenta sobre a tradição clássica existente há séculos e firmemente estabelecida no período tardio, não sem a existência de conflitos por parte de grupos cristãos rigoristas

---

<sup>11</sup> O debate historiográfico acerca da Antiguidade Tardia é amplo e compreende um volume considerável de publicações, desde as origens do conceito de *Spätantike* formulado por eruditos alemães até as discussões mais recentes, ver Machado (2015). Sobre a discussão acerca da chamada Primeira Idade Média, em alternativa à Antiguidade Tardia, ver Silva (2013).

ou de perfil mais tradicional e centrado nas Escrituras, que rejeitavam o legado antigo, associado ao paganismo.<sup>12</sup> É o que vemos, por exemplo, nas obras de Taciano, o Assírio, converso ao cristianismo no século II e cujas invetivas moralizantes se direcionavam à filosofia grega (Taciano, *Oratio*, 2, 25), à poética (Tac., *Or.* 22, 24), à retórica e à gramática (Tac., *Or.* 26), em suma, aos elementos essenciais da tradição clássica. Por outro lado, a progressiva aceitação da cultura greco-romana e seu ensino, a *paideia*, por parte da Igreja, foi inevitável (MARROU, 1975, p. 488-489). Sinésio também foi um homem integrado ao sistema cultural helenístico e o demonstrou no modo como embasou seu tratado político. Com efeito, foi autor e bispo cristão, como revelam seus escritos religiosos, mas também um filósofo e orador de estirpe clássica, leitor dos grandes autores gregos. Nesse sentido, o *De regno* é um texto ímpar por uma curiosa ausência: nenhum apelo à autoridade das Escrituras, nenhum apoio nos textos bíblicos na construção de uma ética política, apenas referências clássicas pagãs, tais como Homero, Platão e Dion Crisóstomo, apenas para mencionar os mais notáveis. Outra obra de sua autoria, o *De providentia*, utiliza justamente a imagem dos deuses Osíris e Tifão (o Seth egípcio) para falar de eventos que Sinésio testemunhou enquanto esteve em Constantinopla. Nesse sentido, a despeito dos possíveis conflitos, observamos que cristãos e pagãos também eram sujeitos em diálogo, pois compartilhavam espaços e se pautavam pelo hibridismo e empréstimos culturais, de acordo com Gilvan Ventura da Silva (2013, p. 71). Segundo Farias Júnior (2014, p. 156), o *mythos* é essencial no discurso historiográfico de Sinésio justamente por ser entendido como um tipo de conhecimento que aspira à verdade, não oposto à racionalidade, ao *lógos*, como era característico de autores, como Tucídides. Dessa forma, percebemos que, se no nível doutrinário da fé, cristianismo e paganismo eram irreconciliáveis, no âmbito da cultura essa oposição não era de forma alguma absoluta. Sinésio era de fato um homem no limiar de dois universos espirituais muito distintos, pois a noção de *conversão* antiga (no caso, ao cristianismo), embora supusesse um completo abandono daquilo que o indivíduo fora anteriormente, um tipo de renascimento, como definiu Pierre Hadot (2014, p. 203), jamais foi capaz de anular o passado do autor, daí os sinais de reserva e irresoluções de Sinésio em relação ao conteúdo das Escrituras (MARROU, 1968, p. 143).

De qualquer modo, o tratado de Sinésio é um exemplo da importância da retórica e do discurso na corte imperial romana, aspecto herdado da tradição helenística grega referente ao gênero epidítico que, dentre outros gêneros retóricos, propunha louvores ou censuras a determinado indivíduo, tratando sobre coisas do tempo presente do autor,

---

<sup>12</sup> Sobre a resignificação do adjetivo *paganus* e sua utilização por parte de autores cristãos como designação pejorativa aos adeptos do politeísmo, ver Silva (2006, p. 259).

seguindo princípios definidos na *Retórica*, de Aristóteles (FARIAS JÚNIOR, 2012, p. 248). O discurso composto no *De regno*, porém, não se resume a ser uma simples solicitação: extrapola os limites da petição e se converte num manual de prática e teoria política. Pelo fato de Sinésio se dirigir a Arcádio diretamente (usando a segunda pessoa), ficamos com a impressão de se tratar de um discurso pronunciado na presença do imperador. Teria Sinésio se dirigido diretamente ao príncipe? Aqui, os estudiosos do bispo se dividem em opiniões conflitantes. De Gibbon (século XVIII) até a década de 1950, parece ter existido uma inclinação maior em aceitar essa possibilidade (CAMERON; LONG, 1993, p. 127). Porém, em trabalhos posteriores, a ideia de uma performance diante dos olhos e ouvidos do imperador foi questionada, posição assumida por Barnes (1986, p. 108). Em um artigo recente, Petkas (2018, p. 124) mantém a posição de que não houve performance diante de Arcádio, mas propõe que o *De regno* pode ter sido pronunciado em outras ocasiões. Não entraremos aqui no mérito da questão, já que nosso objetivo não passa pela performance, mas sim pelas ideias que Sinésio apresenta com o propósito de fortalecer o poder imperial romano diante daquilo que via como aspectos negativos, ou que deveriam ser reformados pelo príncipe reinante.

Sinésio é, assim, parte de uma intelectualidade tardia plenamente consciente da importância de sua fala perante o poder político dos imperadores. Devemos lembrar, porém, que o termo *intelectual* não existia na Antiguidade, já que sua gênese remonta ao século XIX e às polêmicas envolvendo a opinião pública na França durante o notório caso Dreyfus. Contudo, podemos falar de uma prática intelectual no Mundo Antigo e também para o universo tardio romano (EHRHARDT; ANTIQUEIRA, 2014, p. 8). A figura do intelectual, ou do pensador, ou do filósofo, termos que manifestam uma mesma essência, emerge num processo de inflexão crítica quanto à condição dos tempos, não raro manifestando insatisfações ou a tentativa de explicar fenômenos sociais. Além do mais, uma das características mais enfáticas da prática intelectual, tanto no passado quanto no presente, naquilo que chamamos de *história intelectual*, é justamente o entrelaçamento entre o exercício do pensamento e a esfera política, como nos mostram as trajetórias de Platão, Cícero ou Voltaire (EHRHARDT, 2011, p. 2452).

A trajetória de Sinésio como um intelectual antigo seguiu três níveis elencados pela pesquisadora espanhola María José Hidalgo de La Vega (1995, p. 58): 1) foi efetivamente um *ideólogo* construtor de cultura, pois dispôs de sua permanência na capital para atuar como um teórico da *basileia*, tomando para si a tarefa de aconselhar o príncipe acerca da melhor forma de conduzir o exercício do poder e de se relacionar com seus súditos segundo um conjunto de *virtudes morais*, aspecto central que vemos expresso no *De regno*; 2) Sinésio manteve estreita colaboração com sua comunidade cívica na Cirenaica, tornando-

se uma figura de utilidade social, pois exerceu sua defesa perante inimigos e, durante seu episcopado, atuou frente às autoridades locais; 3) foi mediador entre sua região e o príncipe, justamente sua missão em Constantinopla por ocasião de redação do *De regno*.

A intencionalidade de Sinésio em redigir o *De regno* parte de um princípio fundamental, igualmente helenístico em sua essência: construir imagens do poder cujo propósito era educacional (ou seja, a permanência da noção clássica de *paideia*) e, ao mesmo tempo, indicar aquilo que entendia como o melhor rumo político a seguir para o Império Romano, num espírito de contribuição intelectual, como porta-voz da filosofia, a arte mestra da ética como preceito de vida, seja ela privada ou pública. Nesse sentido, engana-se quem acredita que a *paideia* havia ficado no passado longínquo: ainda se esperava das aristocracias romanas tardias o devido refinamento cultural e domínio dos clássicos, o que motivava críticas quando isso não se realizava (VENDRAMINI, 2014, p. 53). Em relação a Sinésio, esse domínio era amplo e profundo e essa é, talvez, uma das mais importantes exortações que o autor faz a Arcádio ao longo do texto. O tema proposto e a forma que estabeleceu para seu desenvolvimento tinha raízes muito antigas, desde autores como Xenofonte, em sua clássica *Ciropedia*, e Isócrates, que aconselhou Felipe da Macedônia. Em tais tratados, trabalhar com as imagens era fundamental como exercício retórico, em que tinha lugar a metáfora que orientava todo o processo, a *noção de espelho*: projetar uma imagem idealizada de conduta principesca que pudesse, assim, moldar as ações do príncipe real. Tomado na longa duração, de Isócrates até o universo greco-romano e medieval, tal gênero é chamado pelos especialistas como *espelhos de príncipes* (AYALA, 2008, p. 17). Sinésio abraça literalmente essa expressão e apresenta a Arcádio suas intenções com o *De regno*: o autor assumirá o papel de um artesão escultor que, pela palavra, erguerá uma estátua do perfeito soberano. Caberá ao príncipe torná-la humana, movente, dotada de espírito. A virtude da piedade (*eusebeia*) é o que a torna sólida diante das intempéries (Sin., DR, 9, 9D-10A). Tanto Sinésio quanto outros autores antigos partiam de um pressuposto: imagens são mais do que apenas reflexos, já que elas têm o potencial de construir realidades almeçadas. A imagem se tornava um guia, um caminho racionalmente calculado para o caráter e a ação efetiva do soberano. Mas o que é exatamente *imagem* nesse contexto dos espelhos de príncipe? Para os propósitos deste texto, definimos imagem a partir de nossa leitura do *De regno*, como um *instrumento retórico*, um *meio* empregado para um fim e estrategicamente dotado de cuidados *linguísticos* (a forma, a performance) e *ideológicos* (o conteúdo). Esse fim nada mais era do que o convencimento e a persuasão. Dessa maneira, temos o conceito de imagem como *potencialidade construtiva*.



Por ser uma peça retórica que buscava a atenção imperial, é natural o uso de uma estratégia discursiva. Por si só, a retórica é uma arte que, além do emprego da boa linguagem, do cuidado na escolha das palavras, do cálculo minucioso de como certas ideias ou noções serão recebidas pelo ouvinte/leitor e do efeito que elas causarão, também necessita de uma estratégia comunicativa para alcançar seus fins. O objetivo, sem dúvida, era se sobressair em meio a tantas falas em uma corte instável impregnada de discursos políticos conflitantes. Nos capítulos iniciais do *De regno* (1, 1A-2, 2C), Sinésio emprega uma estratégia clássica entre os autores antigos, justamente na tentativa de captar a atenção do príncipe: distingue entre a boa e a má retórica, entre discursos produzidos para fins irrelevantes e aqueles que buscam a verdade dos fatos. Na tradição helênica, a figura do filósofo-orador era comumente associada à capacidade de ser verdadeiro em seu discurso, de forma que Sinésio evoca, portanto, a noção grega de *parrhesia*, acompanhada da coragem necessária de se fazer honesto diante de um líder autocrático (HEATHER; MONCUR, 2001, p. 4-5). Não apenas isso, era parte de uma postura cidadã herdada de longa data, na qual a palavra tinha o papel instrumental de servir ao bem comum. Sinésio, assim, evoca o seu helenismo a serviço do Império Romano.

Como de praxe, em todos os tratados sobre a realeza, o autor faz uso pedagógico do *exemplum* para induzir Arcádio a uma *racionalização* de sua conduta política. Nesse sentido, a imagem exemplar serve de exortação à virtude e a utilização de um membro da família imperial para tal é fundamental na exortação à boa governança. Teodósio, o pai do príncipe (Sin., *DR*, 5, 5C), e muitos outros reis e soberanos são elencados. Nesse sentido, observamos uma concepção historiográfica de longa duração na obra de Sinésio, também de origem helenística. Para guiar Arcádio, as imagens do passado eram essenciais para orientá-lo rumo ao futuro de seu governo, elemento que caracteriza a escrita da história na Antiguidade como gênero literário (KOSELLECK *et al*, 2013, p. 46), com finalidade de aperfeiçoamento moral ou exortativa, tarefa que compete sobretudo ao orador, papel que Sinésio assume diante de Arcádio. Cícero foi, nesse sentido, o formulador mais eloquente dessa posição que tomava a história como orientadora maior das ações humanas, sobretudo no campo da política: *historia magistra vitae* (Cícero, *De oratore*, 2, 36). No *De regno*, passado, presente e futuro se entrelaçam: da insatisfação com o *status quo* do seu *presente*, no caso, a virada para o século V, Sinésio parte para a construção de uma imagem do melhor *futuro* a ser construído para Roma, buscando fazê-lo a partir dos exemplos de virtuosidade do *passado* dos romanos.

## O *De Regno* entre o *Dominato* e o Principado

O tema que emerge com o *De regno* pode ser analisado em termos de uma longa duração, comparando-se regimes políticos distintos em sentido diacrônico. Ao longo de mais de quatro séculos, o poder imperial romano se desenvolveu progressivamente e se afastou dos contornos iniciais da época de Augusto, o criador do chamado Principado, o governo dos *princeps*. Até o século III, o regime autocrático dos imperadores estava envolto em ambiguidades, já que sua constituição não se propunha formalmente monárquica, pois resultava de uma concessão senatorial/cidadã e, portanto, transitava numa linha tênue entre a antiga concepção de magistratura republicana e o poder pessoal, personalista. A *cultura política* romana imbuída de um profundo senso de republicanismo restringia a atuação de príncipes com vieses monarquizantes, daí as acusações frequentes de tirania. Imperadores como Calígula, Nero, Cômodo ou Heliogábalo foram justamente expoentes dessa tendência à monarquização do Principado, influenciados por concepções régias helenísticas que propunham ou a divinização ainda em vida do soberano, ou alguma forma de *imitatio dei*. Em resumo, aquilo que era uma manifestação de tirania durante a época do Principado se torna algo institucionalizado com o chamado *Dominato*.

As transformações de caráter administrativo e militar de Diocleciano, operadas na passagem da terceira para a quarta centúria, modificaram profundamente o perfil do Estado romano e ressignificaram os fundamentos e a imagem do poder dos príncipes romanos. Houve um impulso no sentido de estabelecer uma *basileia*, uma monarquia de feições helenístico-orientais, centrada na sacralidade da figura imperial, tornado um *dominus* absoluto de direito divino. A corte romana se reveste de rituais cerimonialistas e há uma nova relação dos súditos com a *imagem do príncipe*. Este deveria permanecer fora dos olhares, não raro atrás de uma cortina e seu aparecimento público em ocasiões especiais tinha significância simbólica, o advento de uma figura sobre-humana (SILVA; MENDES, 2006, p. 202). O âmbito dos gestos também se altera: a genuflexão em diferentes graus (*proskynesis*, *adoratio*) indicava a superioridade total do príncipe em relação a qualquer outro indivíduo. A transformação do Principado em *Dominato* e o contraste entre ambos foi muito nítido até mesmo para os próprios romanos, como evidencia Eutrópio (*Breviarium*, 9, 26), ao escrever sobre o assunto na segunda metade do século IV:

[Diocleciano] foi [...] o primeiro que introduziu no Império Romano uma prática mais própria da realeza que a da liberdade romana, pois ordenou que deviam prostrar-se diante dele todos quando iam saudá-lo. Vestiu roupas e calçados adornados com pedras preciosas, quando antes a insígnia do imperador era somente a clâmide de púrpura, enquanto que, de resto, não havia atributos especiais.

Outro autor do século IV que não deixou de notar a criação de uma nova estrutura de poder foi Aurélio Victor (*De Caesaribus*, 39, 2-5), que, em tom de censura, descreve a suntuosidade das vestes e ornamentações cerimoniais adotada por Diocleciano, expressão de orgulho e vaidade: “Pois foi o primeiro de todos depois de Calígula e Domiciano que permitiu ser chamado de ‘senhor’ publicamente, ser adorado e ser invocado como um deus”. A censura moral que Aurélio dirige a Diocleciano (embora em meio a elogios) merece destaque, centrada no argumento de que o orgulho desmesurado afastou-o da condição de *cidadania*, noção que permanecia latente na constituição do regime do Principado.

Porém, o sistema do *Dominato* não foi algo fixo no tempo. Constantino e seus sucessores amadureceram ainda mais o modelo herdado de Diocleciano, adicionando outro elemento às configurações políticas já existentes: o cristianismo. Em primeiro lugar, o *Dominato* se conjugou com o cristianismo num sentido de justamente fomentar a unidade do poder imperial, representada num imperador cujas atribuições refletiam a transcendência do deus único cristão (MARROU, 1979, p. 28). Porém, as restrições cristãs à divinização dos príncipes não necessariamente secularizaram o *Dominato*. Gilvan Ventura da Silva (2001, p. 168) defende que o desenvolvimento da *basileia* romana, sobretudo a *adoratio purpurae*, manteve sua significância religiosa, uma expressão da permanência do tradicional culto imperial no interior do cristianismo. A linguagem do poder engrandecia a hierarquia imperial, algo particularmente visível nas emissões monetárias cuja fórmula de apresentação da titulação do imperador começava por D.N (*Dominus noster*). O uso público e oficial do termo *dominus* por parte dos príncipes, na época do Principado, sempre teve natureza controversa e havia sido particularmente evitada por suas referências indiretas à monarquia (Suetônio, *Augustus*, 53). A fórmula *dominus et deus*, creditada a Domiciano, tornou-se símbolo de arrogância ou *superbia* despótica (Suet., *Dom.*, 13, 2; Dio Cássio, *Historiae*, 67, 4, 7). Porém, com Aureliano, no século III, *deus et dominus natus* passa a ser parte oficial do repertório numismático, ou seja, até mesmo antes das reformas mais amplas de Diocleciano (SILVA; MENDES, 2006, p. 201).

Essa restrição caiu por terra com o *Dominato*, daí a origem desse próprio termo. A imagética desse sistema político também se traduz pela apresentação do busto diademado do príncipe reinante (ou imperatriz), ornamentado com pedras preciosas, explicitando as palavras que lemos em Eutrópio mais acima. A transformação do Principado em uma monarquia *de facto* tornou-se processo irreversível, sistema que Arcádio herdou de seus predecessores.

Figura 1 – *solidus* de Arcádio<sup>13</sup>

Fonte: Classical Numismatic Group.

Este era o estado das coisas com que Sinésio se deparou em sua legação a Constantinopla. No *De regno*, o autor faz críticas contundentes a essa configuração do poder e busca aconselhar o imperador a se afastar dessa condição imprópria a um verdadeiro imperador. O bispo é taxativo: a ostentação cerimonialista e a exibição de luxos diversos em torno da figura do príncipe eram nocivas aos romanos, categorizadas como uma enfermidade na qual *verdade* e *pomposidade* não eram compatíveis, conforme as palavras do próprio autor: “[...] nenhuma outra coisa fez tanto mal ao Império Romano como esta teatral pompa em torno da pessoa do imperador [...], e também essa forma de se mostrar [...] à maneira dos bárbaros” (Sin., *DR*, 14C). Ou seja, há uma oposição insuperável entre *realidade efetiva do poder* e o *espetáculo do poder*, esta última, sem dúvida, uma condição de degeneração moral e política. Sinésio recorre a um arcaísmo literário típico dos autores gregos antigos: o príncipe, ao estabelecer cerimoniais suntuosos e criar barreiras à sua pessoa, acabava por se igualar ao elemento bárbaro, sem dúvida uma referência que remetia aos reis aquemênidas da Pérsia, adversários dos gregos não apenas em termos militares, mas também na condição de liberdade cidadã. A relação não é gratuita e traz consigo a ideia de servidão frente a um poder despótico e absoluto, posição certamente compartilhada pelas elites romanas dos períodos da República e também do Principado. Assim, se presume uma relação direta entre *austeridade* e *cidadania*, de um lado, *pomposidade* e *despotismo*, de outro. A corte é, para Arcádio, “o magnífico luxo de sua desgraça” (Sin., *DR*, 15, 16C).

Mas há outras razões para Sinésio desprezar o espetáculo do cerimonialismo imperial. O *Dominato* era nocivo, pois produzia, segundo o autor, um sensível

<sup>13</sup> No anverso, lê-se: D(*ominus*) N(*oster*) ARCADIUS P(*ius*) F(*elix*) AVG(*ustus*). No reverso: CONCORDIA AVGGG/CONOB. RIC IX 70C (KENT; CARSON, 1994).

descolamento do príncipe das realidades políticas de seu Império: a condição de estar isolado dos demais membros da comunidade política tornaria o imperador uma figura quase supérflua, alguém cuja existência se resumiria a apenas buscar seus prazeres corporais e necessidades mais imediatas, desconectado do “sentido prático das coisas” (Sin., *DR*, 14D). Em último caso, é a adoção de um modelo de vida baseado apenas no cultivo de amenidades e vícios, uma vida ausente do devido direcionamento filosófico ou racional. O soberano deve ser alguém que não seja agitado por paixões da alma e que demonstre uma absoluta serenidade de espírito, uma imperturbável dignidade que cause admiração nos amigos e espanto nos inimigos (Sin., *DR*, 10, 10C-D). Observamos aqui a permanência de modelos estoicos de conduta virtuosa, semelhantes àqueles que Sêneca, no século I, propôs para Nero se tornar um príncipe dotado de sabedoria (Sêneca, *De clementia*, 2, 3, 4-5). Além de doutrinas oriundas do estoicismo, Sinésio almejava, acima de tudo, a concretização do legítimo rei-filósofo platônico, exortação que fecha todo o corpo do *De regno* (29, 32A-B). A corte, nesse sentido, era um ambiente não de virtuosidades, mas de vícios, certamente uma impressão oriunda da própria experiência do autor durante sua vida na capital, conforme se acirravam as lutas por poder nos círculos mais próximos de Arcádio.

Ao recomendar ao soberano que não mais permanecesse em um espaço tão restrito quanto a corte tardia, fechado em barreiras tanto materiais quanto simbólicas, fora dos olhares de todos, Sinésio exprime uma preocupação de longa data com a importância da *presença imperial* diante do corpo cidadão de Roma, sobretudo nos primeiros séculos do Principado. Naquele período, dada a condição ainda ambígua da autocracia imperial, tomava-se por necessária a devida acessibilidade ao príncipe, já que este era, segundo as tradições ainda fortemente republicanas romanas, um magistrado a serviço do *populus*, noção que Sinésio também resgata (Sin., *DR*, 18, 21B). Dio Cássio registra, por exemplo, que Adriano, numa de suas viagens, foi interpelado por uma mulher que buscava uma audiência. Ao dizer para ela que não tinha tempo, obteve uma resposta desafiadora: “então pare de ser imperador!” (Cass. Dio, *Hist.*, 69, 6). O episódio, que pode ser mais anedótico do que real, deixa claro ainda assim o quanto estar aberto às demandas do *populus* era uma exigência geral, parte da cultura política romana. Sêneca, assim como Sinésio, um defensor da monarquia filosófica, igualmente recomendou a Nero ter uma postura acessível, de fácil aproximação (Sen., *Clem.*, 3, 11, 4).<sup>14</sup> O que se esperava de um

---

<sup>14</sup> “O que é mais belo do que viver junto de todas as pessoas reunidas que o escolheram [...]?” (Sen., *Clem.*, 3, 17, 7). Tradução para o português de Ingenborg Braren (1990).

*bonus princeps*, nesse contexto, era estar justamente em meio aos pares, não isolado ou acima deles.<sup>15</sup>

Mas não é só ao campo da ideologia cortesã que as críticas de Sinésio se restringem. O bispo exprime seu pensamento reformista também em relação à titulação que deve ser utilizada pelo imperador. A partir do *De Regno*, temos um diagnóstico daqueles tempos: embora o termo *rex* ou *basileus* não tivesse oficialidade, Sinésio parece indicar um uso generalizado dessa terminologia para definir a condição imperial no *Dominato* (Sin., *DR*, 17, 19B-C). De fato, dada a helenização do poder romano na longa duração, desde Augusto, tal definição era certamente inevitável, sobretudo porque a percepção acerca da natureza do poder do príncipe era diferente em um império culturalmente tão diverso, com inúmeras tradições e línguas, do Egito à Grécia. Na Ásia Menor, por exemplo, as fontes arqueológicas e os estudos sobre a formação do culto imperial naquela região mostram uma caracterização monárquica do poder, inclusive a equiparação do imperador com os deuses (PRICE, 1984, p. 55-56). Mas o autor de Cirene não deixa dúvidas e resgata a velha restrição romana à terminologia monárquica: “Não, nem quando escreveis a uma cidade, nem a um particular, nem a um governador, nem a um chefe bárbaro, nunca vos adorneis com o nome de rei” (Sin., *DR*, 17, 19B-C). A recomendação de Sinésio era, por seu turno, bastante tradicionalista e aproximativa com a velha tradição do Principado. O príncipe, em sua perspectiva, deveria apresentar-se como um autocrata (*autokrator*). Tal termo era utilizado, nos primeiros séculos da Era Cristã, como equivalente de *imperator*, sobretudo entre as populações falantes do grego, e utilizado em emissões monetárias provinciais.<sup>16</sup>

Mas o propósito do autor não se resume apenas aos detalhes de titulação por si mesmo. Há outra finalidade subjacente. Sinésio argumenta, através de um *exemplum*, que “Autocrata era o nome do estratega a quem se permitia fazer qualquer coisa. Tanto Ifícrates quanto Péricles zarparam de Atenas como estrategas autocratas” (Sin., *DR*, 17, 19C). Não se trata de um exemplo ao acaso, mas de um paralelo intencional no qual o autor pretende justamente enfatizar a noção de que o poder individual do soberano era também uma *concessão cidadã*. Ao tomar o caso da Atenas democrática, vemos também o que se esperava dos primeiros imperadores na época do Principado, a retomada efetiva da noção do *primus inter pares*, ou a perspectiva do príncipe como o primeiro magistrado

---

<sup>15</sup> Embora fosse comum a construção de *villae* campestres para o cultivo do *otium*, característica da vida aristocrática romana, há exemplos suficientes de como o isolamento ou a excessiva preocupação com espaços palacianos denotavam um comportamento tirânico. Tibério buscou o isolamento em Capri, o que lhe rendeu severas críticas por manter-se afastado, cultivando vícios longe dos olhares públicos (Suet., *Tib.*, 3, 26). Nero, ao construir a *Domus Aurea*, mostrou-se disposto a um estilo de vida helenístico-oriental distinto de seus concidadãos, além dos custos exorbitantes de construção (Suet., *Ner.*, 31, 2).

<sup>16</sup> Cf. *Res Gestae Divi Augusti*, I, 4. Quanto às cunhagens provenientes das províncias, ver Sutherland e Carson (1984).

de Roma. Sinésio entendia, porém, que a monarquia era uma realidade consolidada entre os romanos na época de Arcádio. Embora o termo *basileus* não devesse ser usado como titulação dotada de oficialidade, Sinésio aceita o fato inevitável que o príncipe romano de seu tempo era inquestionavelmente um *símile* de rei, daí a necessidade de se evitar a tirania (a degradação das monarquias, segundo o pensamento clássico) através do cultivo das virtudes morais, trabalhando o caráter pessoal do príncipe e depurando a realeza das viciosidades típicas dessa modalidade de governo. Evitar-se-ia a tiranização do poder por meio do disciplinamento filosófico, conforme vimos anteriormente. Assim, Sinésio afirma que o soberano deve ser “um bem comum e carecer de soberba” (Sin., DR, 17, 20A).<sup>17</sup> Mais um elemento, portanto, que denota a *função pública e cidadã* do príncipe. Contudo, é preciso lembrar que Sinésio também é um filho de seu tempo: o poder imperial também é uma concessão divina, ideia aceita de modo subjacente quando o autor fala da elevação de Arcádio ao poder (Sin., DR, 5, 5D).

Há ainda outro aspecto que o autor de Cirene também retoma como recomendação ao imperador. Desde a época de Augusto, uma das principais atividades que deveriam tomar a atenção dos príncipes era a guerra e a manutenção da ordem nas fronteiras. Sinésio devota longas linhas a respeito do soberano-guerreiro. Não somente o príncipe deve ser um *primeiro cidadão*, mas há uma enfática defesa de que o exército deva ser um corpo militar constituído por homens oriundos dos territórios sob o domínio romano, não por bárbaros. Aqui, o problema se torna mais profundo, por duas razões. Sinésio apresenta uma posição reativa à presença germânica nos exércitos e na corte romana de seu tempo, certamente uma posição alinhada com o grupo político de seu patrono, Aureliano, que antagonizava Gainas, o chefe das tropas góticas. A outra questão é o *status* jurídico desses grupos germânicos no interior do Império Romano. O problema que Sinésio expõe no *De regno* nos conduz a uma reflexão maior, ainda por ser realizada, sobre o próprio *conceito de cidadania* no período tardio.<sup>18</sup> De qualquer forma, a cidadania era fator determinante no exército romano durante os séculos I e II, já que as legiões eram compostas apenas por cidadãos, diferentemente do corpo auxiliar. Desse modo, pode-se deduzir que Sinésio almejava igualmente uma reestruturação da instituição militar que tomasse por modelo aquela que existia durante o Principado.

---

<sup>17</sup> Carência de soberba não deve ser confundida aqui com *humilitas*, a humildade em sentido cristão, já que o soberano detém uma grandeza que lhe é própria, dada sua importância como regente do mundo.

<sup>18</sup> Não entraremos na problemática referente aos “citas”, modo como Sinésio desdenhosamente denomina os godos e outros grupos germânicos presentes nos exércitos e na corte de Arcádio. Sobre a questão, ver Faria Júnior (2013) e também Heather (1988). Sobre a questão da cidadania no período tardo-antigo, num contexto pós *Constitutio Antoniniana* e sua possível abrangência a grupos de migrantes germânicos no interior do Império Romano, ver Mathisen (2012).

Assim, ao invés de permanecer numa corte cheia de luxos, caberia ao príncipe estar em meio aos soldados, convivendo com aqueles que defendem o Estado à maneira dos guardiões da República de Platão. Parte-se de outros *exempla*: os antigos soberanos contentavam-se com a austeridade dos acampamentos, sem adornos ou confortos (Sin., DR, 15, 16D-17A). Não escaparam aos olhos do autor as crescentes dificuldades romanas de manter a estabilidade das fronteiras. E, para expor seu argumento, parte de uma comparação. Os antigos imperadores “cruzavam o Eufrates contra os partos e o Istro [o Danúbio] contra os getas e massagetas”. Porém, no tempo do autor, a situação havia se invertido, de forma que “agora são estes que [...] os atemorizam cruzando esses mesmos rios para atacar e pretendem obter um preço pela paz” (Sin., DR, 15, 17A). Ao considerar tal situação, o autor deseja dos príncipes romanos uma postura mais ativa em relação aos bárbaros de além fronteira, tal qual aqueles do passado romano da época do Principado. Trajano talvez seja o caso mais emblemático daqueles imperadores que cruzaram tanto o Eufrates quanto o Danúbio para conduzir, pessoalmente, os exércitos romanos em campanha militar. A reputação de Trajano entre os autores senatoriais, por sua “notável justiça, bravura e simplicidade de hábitos” (Cass. Dio, Hist., 68, 15), certamente seria o modelo mais desejável na ótica de Sinésio.

Outros exemplos podem ser elencados com Marco Aurélio, Septímio Severo, Décio (que morreu em combate contra os godos), Aureliano e muitos outros devotados às armas. Até mesmo Diocleciano, ironicamente aquele que estabeleceu o Dominato, é elogiado por sua incansável atividade militar nas fronteiras (Sin., DR, 17, 19B). O perfil pessoal do príncipe deve ser adequado a tal modo de vida, sendo recomendável a mais absoluta frugalidade de vestimenta e alimentação, *exemplum* tomado de Carino, um dos imperadores-militares do século III (Sin., DR, 16, 18C). O autor faz convergir a austeridade guerreira com a *moderatio* como virtude filosoficamente ponderada: “o caso é que a filosofia estimava que o soberano devia ter frequente trato com seus soldados e não permanecer encerrado em suas habitações” (Sin., DR, 19, 21D). Nesse aspecto, Marco Aurélio talvez seja aquele a quem mais a proposta de Sinésio se aproxima, talvez até mais do que Trajano: além de filósofo, conviveu por anos com seus soldados nas fronteiras do rio Danúbio em condições extremamente rigorosas (Cass. Dio, Hist, 72, 6).

Embora a condução dos exércitos romanos esteja entre as mais importantes do príncipe na ótica de Sinésio, há outra recomendação que aproxima a imagem do poder no *De regno* com a tradição do Principado. O imperador deve estar em constante mobilidade, visitando as províncias e cidades de todo o Império Romano. Dessa maneira, teria capacidades de “erguer o que está caído; se oferecerá ao povo necessitado; eximirá de cargas impostas a quem há muito sofre [...]; dará solução a guerra a ponto de se



empreender e acabará com aquela em curso” (Sin., *DR*, 23, 27A). Nesse aspecto, voltamos ao problema da necessária acessibilidade ao soberano, exatamente como se este fosse um *pater familias* que zela pelo bem-estar dos cidadãos a cada lugar que visitar. Sinésio, ele mesmo um provinciano, sabia que o *adventus* de um príncipe em determinada região tinha um impacto profundo sobre a população local, ansiosa por acesso ao príncipe em busca de alívio de impostos e outras petições (MILLAR, 1977, p. 32). Podemos pensar, portanto, que essa *presença imperial* também estabelecia vínculos de lealdade entre o poder central e as comunidades locais, que poderiam ver e ouvir seu príncipe em pessoa. Tal conduta proposta por Sinésio é particularmente visível no modelo de governo de Adriano que, no século II, percorreu em viagem as mais distantes províncias do Império Romano, observando em pessoa os problemas locais, promovendo benfeitorias e inspecionando as estruturas militares (Cass. Dio, *Hist.*, 69, 9), numa postura que se enquadra no conceito de *evergetismo* pensado por Paul Veyne, no qual o imperador tornava-se um promotor de beneficências destinadas ao público (VEYNE, 2014, p. 14), algo que Sinésio igualmente preza: “depois de estar com os guerreiros, [o príncipe deve] conviver com os homens das cidades e povos” (Sin., *DR*, 22, 27A). É, essencialmente, o que Adriano realizou, em tempos de paz, já que, de modo geral, na história do Império Romano, o deslocamento de príncipes e sua saída de Roma eram motivadas muito mais pelas necessidades militares do que pelas exigências da paz.

### Considerações finais

A partir do que foi exposto nas linhas acima, tentamos mostrar de que modo Sinésio propôs uma nova prática política na condução dos assuntos imperiais, por meio de recomendações e conselhos ao então imperador Arcádio. Para tal, trabalhou com diferentes imagens retóricas para ser ouvido e considerado. Porém, *a posteriori*, vemos que suas ideias caíram prontamente no esquecimento, já que não houve nenhum esforço identificável no sentido de reformar as estruturas da governança imperial conforme essas recomendações. Pelo contrário, nos séculos seguintes os príncipes romanos, tanto no Ocidente quanto no Oriente, manter-se-iam firmemente estabelecidos em seus palácios de Ravena e Constantinopla. No caso específico do Oriente, somente as pressões militares dos séculos VI e VII de persas e árabes permitiriam a existência de imperadores cujo perfil mais se aproximaria do modelo proposto por Sinésio, a exemplo de Maurício ou Heráclio.

Quando falamos sobre as recomendações do bispo-filósofo, precisamos ter em mente que não era sua intenção um simples *retorno ao passado* do Principado, algo impossível de se realizar, mas sim uma *reaproximação* com elementos fundamentais

daquele regime que entendia como virtuosos ou exemplares, uma retomada de pressupostos políticos que o autor percebia como perdidos em sua época. Em termos gerais, a proposta de Sinésio tinha, como aspecto central, o abandono de todo o aparato material, imagético e simbólico que dava sentido ao *Dominato*, o que invariavelmente tornaria o poder imperial romano algo mais próximo do que fora anteriormente o Principado, contudo jamais poderia igualar-se a ele. A monarquização do poder imperial, a *basileia*, era fato consolidado. O curso dos tempos, nesse sentido, não permite retornos ao passado. Embora tenha caído num relativo esquecimento, o *De regno* possui grandes méritos, pois deixou de ser apenas um instrumento pragmático de busca por atenção imperial e se converteu numa proposta de reformulação profunda do poder, uma teorização política universal que poderia ser dirigida a qualquer soberano ávido por repensar as bases de sua soberania.

## Referências

### Documentação textual

- AMMIANUS MARCELLINUS. *History: Books 20-26*. Translated by J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1940. v. 2.
- AURÉLIO VICTOR. *Libro de los Césares*. Traducción de Emma Falque. Madrid, 2008.
- CÍCERO. *Sobre el orador*. Traducción de José Javier Isso. Madrid: Gredos, 2002.
- DIO CÁSSIO. *Roman History*. Translated by Earnest Cary. Cambridge: Harvard University Press, 1914. v. VIII e IX.
- EUTRÓPIO. *Breviario*. Traducción de Emma Falque. Madrid, 2008.
- PROSOPOGRAPHIA IMPERII ROMANII. Berlin: Walter de Gruyter, 2006. v. I e II.
- SÊNECA. *Tratado sobre a clemência*. Tradução de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.
- SINÉSIO DE CIRENE. *Cartas*. Traducción de Francisco Antônio García Romero. Madrix: Gredos, 1995.
- SINÉSIO DE CIRENE. *Himnos e Tratados*. Traducción de Francisco Antônio García Romero. Madrix: Gredos, 1993.
- SUETÔNIO. *Vidas de los doce Césares*. Traducción de Rosa Acudo Cubas. Madrid: Gredos, 1992. v. I e II.
- TACIANO. *Oratio ad graecos and fragments*. Translated by Molly Whittaker. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- VELLEIUS PATERCULUS AND RES GESTAE DIVI AUGUSTI. Translated by Frederick W. Shipley. Cambridge: Loeb Classical Library, 1924.

ZÓSIMO. *Nueva História*. Traducción de José M. Candau Morón. Madrid: Gredos, 1992.

### Obras de apoio

AYALA, R. S. *Los "espejos de príncipe" en el mundo bizantino como continuidad de la tradición retórico-política isocrática*. 2008. Tese (Doutorado) – Facultad de Filosofía e Letras, Universidad de Granada, Granada, 2008.

BARNES, T. D. Synesius in Constantinople. *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, v. 27, n. 1, 1986, p. 93-112.

BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J. M. Sinesio de Cirene, intelectual. La escuela de Hypatia em Alejandria. *Gerión*, v. 22, n. 1, p. 403-419, 2004.

BREGMAN, J. *Synesius of Cyrene*. Los Angeles: University of California Press, 1982.

BROWN, P. *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Verbo, 1972.

CAMERON, A; LONG, J. *Barbarians and politics at the court of Arcadius*. Los Angeles: University of California Press, 1993.

EHRHARDT, M. Geração intelectual e o poder: trajetórias na Antiguidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, V., 2011, Maringá. *Anais...* Maringá, 2011, p. 2451-2458.

EHRHARDT, M; ANTIQUEIRA. Apresentação. *Espaço Plural*, v. 15, n. 30, p. 8-10, 2014.

FARIAS JÚNIOR, J. P. A construção literária dos germânicos por Sinésio de Cirene. *Classica*, v. 26, n. 2, p. 29-53, 2013.

FARIAS JUNIOR, J. P. *Discurso, retórica e poder na Antiguidade Tardia: a construção do ethos político em Sinésio de Cirene*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

FARIAS JUNIOR, J. P. Mito e história na Antiguidade Tardia: um estudo a partir de Sinésio de Cirene em *De regno*. *Fronteiras e Debates*, v. 1, n. 2, p. 141-163, 2014.

FRIGHETTO, R. *Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações*. Curitiba: Juruá, 2012.

HADOT, P. *Exercícios espirituais e filosofia antiga*. São Paulo: É Realizações, 2014.

HEATHER, P. The anti-Scythian tirade of Synesius' *De Regno*. *Phoenix*, v. 42, n. 2, p. 152-172, 1988.

HEATHER, P; MONCUR, D. *Politics, philosophy, and Empire in the Fourth Century*. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

- JURADO, E. R. Paideia griega y fe cristiana em Sinesio de Cirene. *Habis*, n. 23, p. 247-261, 1992.
- KENT, J. P. C.; CARSON, R. A. G. *Roman Imperial Coinage*. London: Spink & Son, 1994. v. X.
- KOSELLECK, R, et al. *O conceito de História*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- LIEBESCHUETZ, J. H. *Barbarians and bishops: Army, Church, and State in the Age of Arcadius and Chrysostom*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- LÓPEZ, J. M. Juego de bárbaros: las intrigas em la corte de Arcadio que supusieron el *exilium* de los magistrados Aureliano y Saturnino y del confidente Juan. *Polis*, n. 26, p. 107-120, 2014.
- LOT. F. *O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média*. Coimbra: Edições 70, 2008.
- MACHADO, C. A. R. A Antiguidade Tardia, a queda do Império Romano e o debate sobre o "fim do mundo antigo". *Revista Brasileira de História*, n. 173, p. 81-114, 2015.
- MARROU, H. *Decadência romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Aster, 1979.
- MARROU, H. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo, EPU, 1975.
- MARROU, H. Sinesio di Cirene e il neoplatonismo alessandrino. In: MOMIGLIANO, A. (org.). *Il conflitto tra paganesimo e cristianesimo nel secolo IV*. Torino: Einaudi, 1968, p. 140-164.
- MATHISEN, R. W. Concepts of citizenship. In: JOHNSON, S. F. (ed.). *The Oxford Handbook of Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 744-763.
- MENDES, N. M. O sistema político do principado. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MILLAR, F. *The emperor in the Roman World*. Londres: Duckworth, 1977.
- PETKAS, A. The king in words: performance and fiction in Synesius' *De Regno*. *American Journal of Philology*, v. 139, n. 1, p. 123-151, 2018.
- PRICE, S. R. F. *Rituals and power: the Roman imperial cult in Asia Minor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SILVA, G. V. A Relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 241-266.
- SILVA, G. V. Constâncio II e os rituais da Basileia. *Phoînix*, v. 7, n. 1, p. 163-179, 2001.
- SILVA, G. V. Cristianismo e helenismo na Antiguidade Tardia: uma abordagem à luz dos mosaicos de Antioquia. *Diálogos Mediterrânicos*, n. 5, p. 64-80, 2013.
- SILVA, G. V.; MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 193-222.

- SILVA, P. D. O debate historiográfico sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média: considerações sobre as noções de Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média. *Signum*, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2013.
- SUTHERLAND, C. H. V.; CARSON, R. A. G. *The Roman Imperial coinage*. London: Spink & Son, 1984. v. 1.
- VENDRAMINI, D. S. Paideia y poder imperial em Amiano Marcelino. *Espaço Plural*, v. 14, n. 30, p. 48-61, 2004.
- VEYNE, P. *Pão e circo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.
- ZÉTOLA, B. *Política externa e relações diplomáticas na Antiguidade Tardia*. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.